TC 030.811/2015-5

Tomada de Contas Especial
Prefeitura Municipal de Bela Cruz – CE
Recurso de Reconsideração

Excelentíssima Senhora Ministra-Relatora,

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Pedro Rogério Morais, ex-prefeito municipal de Bela Cruz – CE (peças 32 e 34 a 36) contra o Acórdão 6.942/2017-TCU-2ª Câmara (Relator Min. Marcos Bemquerer Costa, peça 18), por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenou-o em débito no valor original de R\$ 95.766,40 e aplicou-lhe multa no valor de R\$ 16.000,00.

2. O acórdão recorrido foi prolatado no âmbito de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais transferidos por intermédio do Convênio 53/2008, o qual possuiu como objeto “*o apoio ao desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional da área de abrangência da Cozinha Comunitária*”.

3. Constituiu objeto da análise empreendida pela Secretaria de Recursos (Serur) avaliar se os documentos que já constavam dos autos, associados àqueles juntados pelo Sr. Pedro Rogério Morais nesta ocasião, são capazes de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos do convênio.

4. Após o exame dos elementos recursais apresentados, a unidade instrutiva propôs, em pronunciamentos convergentes, conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para abater R\$ 33.618,16 do valor do débito imputado pelo item 9.1 da decisão recorrida e reduzir proporcionalmente o valor da multa contida no item 9.2 da mesma decisão (peças 51, p. 9, 52 e 53).

5. Conforme registrado na instrução de mérito desta TCE, a condenação do Sr. Pedro Rogério Morais decorreu do fato de os documentos por ele trazidos aos autos em resposta à citação não terem sido suficientes para comprovar a regular aplicação dos recursos repassados ao Município de Bela Cruz – CE no âmbito do Convênio 53/2008 (peça 15, p. 6).

6. Nesse mesmo sentido, o voto condutor do acórdão recorrido registrou que, do conjunto probatório juntado aos autos pelo ex-prefeito, relativo ao cumprimento do Convênio 53/2008, não foi possível atestar a boa e regular aplicação dos recursos federais recebidos pelo município de Bela Cruz – CE, especialmente no que concerne às seguintes falhas (peça 19, p. 2):

a) ausência de documentos exigidos pela Instrução Normativa-STN 01/1997 (art. 28) para fins de prestação de contas de convênios: relatório de execução físico-financeira, demonstrativo da execução da receita e despesa, relação de bens (adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da União), extrato da conta bancária específica do convênio, cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade;

b) não apresentação de lista de presença referente a uma turma dos cursos de Bolos e Salgados, Auxiliar de Cozinha, Lancheiro e Garçom/Garçonete; e

c) ausência de evidências da realização dos cursos de Copeiro, Manipulação, Acondicionamento e Aproveitamento de Alimentos, Técnicas de Congelamento e Boas Práticas no Preparo de Alimentos.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

7. Com efeito, o recorrente logrou juntar à sua peça recursal diversos documentos novos que elidem, em quase sua totalidade, as falhas acima mencionadas. Conforme ressaltou a unidade instrutiva, constam dos autos os seguintes documentos, entre outros: relatório de execução físico-financeira, relatório de execução de receita e despesa, relação de bens, conciliação bancária, relatório de cumprimento de objeto, extrato bancário da conta específica do convênio, processo licitatório e contrato de prestação de serviços (peça 51, p. 4-5, item 30 da instrução).
8. Foram acostados, ainda, diversos documentos relativos especificamente a cada curso realizado, tais como notas de empenho, ordens de pagamento, notas fiscais, cópias de cheques, recibos, registros fotográficos, controles de frequência de alunos e certificados de conclusão dos cursos (peça 51, p. 5).
9. Por meio do cotejo entre as notas fiscais apresentadas para cada curso, os lançamentos constantes do extrato bancário, as cópias dos cheques pelos quais efetuaram-se os respectivos pagamentos e os recibos emitidos pela empresa contratada para ministrar os treinamentos, foi possível concluir que os documentos de prestação de contas são suficientes para comprovar a regularidade na execução financeira do ajuste, bem como a existência de nexo causal entre os recursos federais e as despesas realizadas.
10. Todavia, quanto à execução física, a Serur constatou que as listas de frequência e certificados de conclusão apresentados revelaram números efetivos de aulas ministradas inferiores àqueles que haviam sido definidos no plano de trabalho, evidenciando, assim, que o objeto da avença foi implementado apenas parcialmente.
11. Em face dessa constatação, considero apropriada a metodologia utilizada pela unidade instrutiva para proceder à apuração do valor a ser abatido do débito inicialmente imputado ao recorrente, na medida em que levou em consideração a quantidade de horas efetivamente realizada para cada curso (peça 51, p. 7-9, itens 44 a 58 da instrução), com base nas informações constantes dos documentos comprobatórios da execução física apresentados pelo recorrente.
12. Diante do exposto, este representante do Ministério Público de Contas manifestou-se de acordo com a proposta de encaminhamento formulada pela Serur.

(Assinado eletronicamente)

Sergio Ricardo Costa Caribé

Procurador